

## ARTIGO

# DA DIÁSPORA CEARENSE: CLASSIFICAÇÕES RACIAIS E ALIANÇAS EM ROTAS ENTRE O CEARÁ E A AMAZÔNIA

## OF CEARÁ DIASPORA: RACIAL CLASSIFICATIONS AND ALLIANCES ON ROUTES BETWEEN CEARÁ AND THE AMAZON

EDSON HOLANDA LIMA BARBOZA\*

### RESUMO

O presente artigo problematiza a dispersão de cearenses durante os períodos de seca nas décadas finais do Império. Situação que inviabilizou o controle do fluxo de passageiros em portos e fronteiras. Repercussões da diáspora de retirantes foram percebidas por trabalhadores escravizados do Ceará, Maranhão e Pará, que, ameaçados pelo tráfico interno, direcionado aos cafezais do Centro-Sul, visualizavam na fuga do domínio senhorial, seguida por migrações clandestinas, oportunidade para reverter condições jurídicas, permitindo opções de mobilidade. Em diálogo com os estudos culturais e pós-coloniais, analisamos a composição étnica das multidões de retirantes e questionamos a invisibilidade produzida sobre a presença negra no Ceará e na Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diáspora; Ceará; Amazônia.

### ABSTRACT

This paper discusses the dispersal of Ceará during the drought in the final decades of the empire. Situation which prevented the control of the flow of passengers at ports and borders. Impact of migrants from Diaspora were perceived by enslaved workers of Ceará, Maranhão and Pará, which threatened the internal traffic directed to the coffee plantations of the South-Central, visualized on the trail of the master domain, followed by illegal migration, opportunity to reverse legal, allowing options mobility. In dialogue with cultural studies and postcolonial, we analyze the ethnic composition of migrants from crowds and question the invisibility produced on the black presence in Ceará and in the Amazon.

**KEYWORDS:** Diaspora; Ceará, Amazon.

## Introdução

Durante a grande seca que afetou o Ceará entre 1877 e 1880<sup>1</sup> e os conflitos sociais em decorrência da estiagem, dirigentes cearenses desejosos de aliviar tensões sociais concederam passagens, estimulando a migração em massa de trabalhadores para outras províncias. O maior fluxo esteve direcionado para aquelas situadas ao Oeste do Ceará - Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas – que receberam a maior parte dos migrantes.

Enquanto a população cearense, pobre e livre, enfrentava o dilema dos deslocamentos, trabalhadores escravizados descendentes de africanos estavam ameaçados pelo tráfico interprovincial, direcionado ao Centro-Sul do país. Representavam para seus proprietários a última reserva econômica em um contexto de grave crise econômica e social.

O artigo problematiza o impacto causado pela *diáspora cearense* na Amazônia, enfocando as rotas traçadas e as alianças produzidas por retirantes e escravizados nestes circuitos. Também questiona o silêncio que há a respeito da participação de africanos e de afrodescendentes na composição da população de áreas da fronteira Norte do Império e regiões de produção pecuária.

Em relação aos debates em torno da noção de diáspora, não pretendemos encontrar uma identidade original cearense, mas trazer reflexões sobre a diversidade cultural na composição da população. Assim, concordamos com Stuart Hall ao afirmar que:

A experiência da diáspora, como aqui pretendo, não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção de

‘identidade’ que vive com e através, não a despeito, da diferença; por *hibridação*. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através de transformações e da diferença.<sup>2</sup>

Nestes termos, questionamos os discursos produzidos pelas elites ilustradas locais que, na busca de encontrar a gênese da identidade cearense, elegeram o protagonismo da tradição portuguesa e católica e a assimilação da cultura indígena, ao mesmo tempo, negaram a presença das culturas negras na constituição da “pátria cearense”.<sup>3</sup> Em oposição à perspectiva estática e eurocentrada de perceber a identidade local, recorreremos novamente ao diálogo com Stuart Hall:

A identidade não é tão transparente ou tão sem problemas como nós pensamos. (...) deveríamos pensá-la, talvez, como uma “produção” que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação.<sup>4</sup>

Para o jamaicano aquilo que “dizemos está sempre ‘em contexto’, *posicionado*”.<sup>5</sup> Como desdobramento, os modos de identificação que acionamos em determinadas situações estão relacionados aos contextos em que estamos inseridos, ao modificarem os contextos, podem mudar também os posicionamentos e as identificações<sup>6</sup>. Neste embate de memórias e representações, buscamos evidenciar representações que tiveram as tradições africanas e afro-brasileiras como referência, mas que formam silenciadas no processo de produção das identidades locais nas províncias que estão nas rotas que investigamos.

Destacamos que a invisibilidade das culturas negras não é uma exclusividade do contexto cearense, construções similares encontramos

nas unidades vizinhas, principalmente aquelas em que predominou a importância da pecuária ou do extrativismo.

É o caso da Amazônia, que, ao contrário das abordagens oficiais, desde o período colonial, tem sido área de atração para negros livres, escravizados insubordinados e desertores, tema abordado pelo historiador Flávio Gomes:

Naquelas regiões da Amazônia colonial, os negros – fossem escravos fugidos ou livres – criaram um espaço de contatos e cooperação. Com expectativas diferenciadas e sonhando com a liberdade, promoviam não só o comércio clandestino, mas fundamentalmente um campo de circulação de experiências. (...) Continuavam como ‘hidras’, resistentes e imunes às perseguições, e através deles as idéias de liberdade podiam circular na região.<sup>7</sup>

Demandas da época colonial continuaram a ocupar a atenção de administradores durante a experiência imperial brasileira. Em meados dos oitocentos, elites locais chegaram a propor projetos de anistia a desertores e acusados de pequenos crimes, visando fixá-los em áreas de fronteira, com o duplo objetivo de através da colonização e ocupação, garantir que escravizados deixassem de utilizar as rotas de fuga nos limites da floresta e buscar “dominar a fronteira não tanto enquanto espaço físico, mas também como espaço social”.<sup>8</sup> Partindo desta estratégia, na década de 1850, gestores do Pará, Maranhão e Amazonas passaram a propor a fundação de colônias agrícolas que garantissem o abastecimento alimentar e a ocupação efetiva das áreas de fronteira.

As iniciativas de colonização e incentivo à introdução de imigrantes europeus, após a década de 1850, não alcançaram os resultados esperados. A política Imperial de privilegiar o Centro-Sul, bem

como questões ambientais e a aclimatação obstaram os desejos de “civilizar” a Amazônia com imigrantes europeus.

As principais colônias agrícolas fundadas no Maranhão e no Pará evidenciam a articulação de projetos de modernização, colonização e ocupação de áreas até então dominadas por desertores e por escravizados em fuga. A *Colônia do Prado* no Maranhão foi instalada na região do Turiaçu, fronteira entre Pará e Maranhão, espaço anteriormente ocupado pelo quilombo do Limoeiro. A introdução de retirantes, após 1877, tinha por objetivo impedir a rearticulação do quilombo, projeto derrotado pela logística difícil e pelas alianças entre migrantes e antigos quilombolas. Ao invés da fixação de cearenses, o desfecho foi o ataque ao depósito da diretoria, seguida por fuga de colonos em direção às matas em rotas orientadas por “pretos velhos”.<sup>9</sup>

No Pará, a *Colônia Benevides*,<sup>10</sup> instalada em 1875 com o plano de atrair colonos europeus, no ano seguinte à fundação possuía “106 franceses, 14 belgas, 8 italianos, 6 hespanhóes, 1 norte-americano, 1 prussiano, 2 suíços e 5 brasileiros”.<sup>11</sup> Dificuldades como a falta de sementes e de transportes estimularam a desistência de muitos estrangeiros, o que levou à proposta de extinção da colônia no início de 1877, medida suspensa com a chegada de milhares de retirantes nos meses seguintes. Em 1879, a colônia chegou a ter mais de nove mil colonos, a maioria cearense, que estimulados pela falta de infraestrutura passaram a ameaçar invadir Belém. Assim, Benevides tornou-se, após 1878, área de concentração de setores populares e ponto de incômodo para setores das elites locais.

As aglomerações e ações individuais ou em grupo de retirantes tornavam a presença de cearenses indesejável na capital paraense ou em suas proximidades, como era o caso de Benevides. Em 1884, após a abolição da escravidão na Província do Ceará, os colonos de Benevides decidiram também alforriar os escravizados existentes na localidade, tornando-se único território livre da escravidão no Pará. Decisão que estimulou o aumento da procura de cativos foragidos em direção à “Colônia de Cearenses”, ocasião em que o Deputado Mac-Dowell, ligado ao Partido Conservador pelo Pará, chegou a insinuar a existência de um “Quilombo Oficial”<sup>12</sup> em terras paraenses. Já registros policiais a respeito do resgate de escravizados presos na subdelegacia local, apontam que os residentes da povoação de Benevides são “quase todos, ou todos cearenses”, e mais grave “são os primeiros a aconselhar a insurreição”<sup>13</sup> entre os cativos.

O conjunto de conflitos em que estiveram envolvidos e as alianças que formularam nas rotas percorridas, levaram a uma inversão de expectativa em relação aos migrantes nacionais, entre os quais, os cearenses ganharam destaque: inicialmente vistos como agentes da política de colonização, passaram a ser encarados como fontes de ameaça e de novas insubordinações. O que a elite paraense não contava, era que os retirantes cearenses, necessários frente à baixa densidade demográfica da Amazônia, construiriam identificações e solidariedades com os subalternos locais: mestiços, negros livres ou ainda escravizados.

Mas, como foram possíveis tais operações? Afinal, o Ceará não seria Província povoada por colonos descendentes de portugueses, supostamente brancos, que se deslocaram de Pernambuco e da Bahia

para povoar as terras alencarinas? O Ceará não era a terra em que os índios foram subordinados ao trabalho na pecuária e assimilados entre a população “branca”? Os negros não tiveram expressão significativa, já que não havia grandes lavouras e o trabalho escravo não foi relevante? As respostas afirmativas aos questionamentos estão na base do racismo contemporâneo. Buscamos desconstruí-las no decorrer do artigo, através do dialogo com contribuições das áreas dos estudos culturais e pós-coloniais.

### **Presença negra e hibridismo em Províncias do Norte**

Destacamos a historicidade de culturas dispersas por deslocamentos compulsórios, fossem eles decorrentes do tráfico de escravos ou de migrações internas, quando os envolvidos tiveram que recompor seus modos de vida, observamos que suas culturas compósitas permitiam ligar despojos a uma leitura seletiva de traços culturais produzidos por outros, estimulando a habilidade de lidar com situações-limite e improvisar papéis ou saídas, sensibilidades que potencializam atuar em situações imprevisíveis.<sup>14</sup>

Para entender melhor as diferentes representações em relação aos retirantes cearenses no processo de colonização da Amazônia, é interessante observar a diversidade étnica destes migrantes e o campo de alianças construídas. Guardadas suas especificidades, africanos deportados através do Atlântico ou mestiços nacionais conduzidos entre portos da costa do Império Brasileiro no período das grandes secas, compartilhavam da necessidade de ressignificar suas culturas, aliando resíduos e novas composições e posições.

A proposta nos leva ao debate a respeito dos hibridismos culturais, contudo, vale ressaltar que não se trata da perspectiva de híbrido articulada por Gilberto Freyre,<sup>15</sup> que aposta na harmonia entre diferentes. Consideramos que os sujeitos têm habilidades para, diante de conflitos, de forma pessoal ou comunitária, selecionar meios próprios para superar as adversidades ou conviver com elas, mesmo que para isso tenham que aprender a manipular armas que, a princípio, não tenham produzido. Isto sugere que pensemos o híbrido como algo que é “semelhante e diferente ao mesmo tempo – como viveres e pensares fronteiriços –, configura-se como estranho, como ameaça de equilíbrio”.<sup>16</sup>

Tendo a diáspora de africanos e seus descendentes nas Américas como referência, pensamos ser possível falar em uma diáspora de cearenses, uma vez que, durante a seca de 1877-1880, milhares de homens, mulheres e crianças foram coagidos a deixarem sua terra natal, laços de sociabilidade e relações de trabalho em busca de novas possibilidades de vida. Em seus trajetos e em suas rotas, a imprevisibilidade e a interação com mestiços, africanos e afrodescendentes foram constantes, o que nos levou a abordar a dispersão da população de descendentes de africanos no Ceará como um dos muitos episódios da experiência diaspórica mais ampla. Antes de abordar alianças entre escravizados, libertos e retirantes, seria oportuno retomar alguns debates propostos por pesquisas que tratam da presença africana em províncias do extremo Norte em períodos anteriores à *diáspora cearense*.



A presença africana no Ceará foi obscurecida por um discurso que destaca a ausência da grande lavoura e conseqüentemente o reduzido número de africanos introduzidos na condição de escravos. Tal formulação ignora que o negro esteve presente desde a expansão da pecuária e, além da condição de escravo, foi incorporado nas fazendas de criar gado, como trabalhador pobre e livre.

Apesar da hegemonia do trabalho livre, o trabalho escravo esteve bastante presente, principalmente em atividades domésticas e como padrão de *status* social. Em seu passado colonial, a Capitania apresentava elementos comuns a outras regiões onde predominou a pecuária, pois, cativos “negros africanos” foram utilizados “não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentavam-se gradualmente como sinais de abastança”.<sup>17</sup> A presença de africanos, evidente na diversidade étnica, e incorporações de “pretos forros” na pecuária foi tema abordado em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*:

A criação do gado influi sobre o modo por que se forma a população. “Nos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, diz ele, principalmente pelas vizinhanças do rio São Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros [devia acrescentar índios mais ou menos mansos]. Esta gente perversa, ociosa e inútil pela aversão ao trabalho na agricultura, é muito diferentemente empregada nas fazendas de gado. Tem a este exercício uma tal inclinação que procura com empenho ser nele ocupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro”.<sup>18</sup>

Portanto, fossem como negros libertos que buscavam inserção no trabalho por meio da pecuária, ou cativos inseridos em pequenas propriedades e como domésticos, a ascendência africana esteve presente

na formação social da população do Ceará. Devemos fugir de uma associação automática entre a imagem do escravizado e a do negro.

A presença de africanos e seus descendentes no Ceará esteve registrada desde as primeiras tentativas de contagem populacional. Levantamento realizado em 1808 não traz dados a respeito da condição, se eram livres ou escravos, mas aponta a classificação racial:

**Tabela 1: População da Capitania do Ceará em 1808<sup>19</sup>**

<b>Branços</b>	<b>Índios</b>	<b>Pretos</b>	<b>Mulatos</b>	<b>TOTAL</b>
43.457 (34%)	12.383 (10%)	23.444 (19%)	46.594 (37%)	125.878

A soma de pretos e mulatos chega a 56% do total, apontando a ascendência africana de parcela significativa da população cearense durante o período final do Período Colonial. Durante o século XIX, a partir da década de 1840 o Ceará suspendeu a importação de escravos, embora a introdução de negros (pretos e pardos) tenha continuado a ocorrer através da incorporação no trabalho livre, seja de forma oficial ou clandestina.

Os dados de classificação racial, contidos no Censo de 1872, continuam a evidenciar a presença negra na Província do Ceará:

**Tabela 2: População da Província do Ceará em 1872<sup>20</sup>**

<b>Raças</b>	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Branços</b>	268.836	-	268.836	37
<b>Pardos</b>	339.166	18.254	357.420	50

<b>Pretos</b>	28.934	13.659	42.593	6
<b>Caboclos</b>	52.837	-	52.837	7
<b>Total</b>	689.773	31.913	721.686	

Novamente a soma entre a população de pretos e pardos chega a 56%, vale ressaltar que houve uma redução da população classificada como “preta”, de 19% em 1808 para 6% em 1872, tal redução pode ser atribuída ao intenso tráfico interno, do qual o Ceará foi mercado exportador entre os anos de 1845 a 1880. Destacamos ainda que, apesar do declínio da escravidão no Ceará, não cabe dizer que a presença negra também tenha declinado, e mais, a maioria dos “pretos” e “pardos” registrados não eram escravizados e sim homens livres. Ou seja, às vésperas da grande seca de 1877, a população afrocearense ainda era hegemônica.

Em relação ao tráfico interno, Rodolfo Teófilo destacou que, durante o período de 1874 a 1879, mais de 8.931<sup>21</sup> escravizados foram comercializados somente no porto de Fortaleza, aproximadamente 28% da quantidade de cativos registrados em 1872. Números que evidenciam o peso do tráfico interprovincial no processo da diáspora (afro)cearense, principalmente porque as negociações alcançaram seu auge durante os anos de seca.

A população cativa não esperou passivamente o resultado das negociatas, como podemos perceber através dos diversos anúncios publicados nos jornais cearenses alertando para o perigo de cativos em fuga tirarem proveito do caos social decorrente da seca e simularem a

condição de livre ao camuflarem-se entre as multidões de retirantes durante os embarques.<sup>22</sup>

O controle no embarque de retirantes era complicado devido à falta de força policial suficiente, já o controle do embarque de cativos clandestinos era uma operação mais difícil ainda. Como vimos, a maioria da população classificada como “preta” e “parda” já era livre, possibilitavam assim, o campo ideal para simulação e acolhimento de escravizados em fuga. Pode ter sido o caminho trilhado por “Raymunda de cor quase preta”,<sup>23</sup> “Francisco, mulato claro”<sup>24</sup> ou “Francisco d’Assis, (...) cabra não muito preto, um pouco fulo”,<sup>25</sup> todos negros mestiços, que na classificação oficial poderiam ser registrados como pardos. Não teriam dificuldades de burlar o controle policial ao se mesclarem entre os retirantes.

Poderíamos fazer uma breve reflexão a respeito dos significados do termo pardo. Segundo Larissa Viana, um dicionário do início do século XVIII define:

o vocabulário pardo designava a ‘cor entre preto e branco, própria do pardal, donde parece lhe veio o nome. Homem pardo: mulato. Já o verbete mulato, para o qual era remetido o leitor interessado na definição do termo pardo, dizia o seguinte: ‘filho e filha de branca e negro ou negro e mulher branca. Este nome mulato vem de Mú ou mulo, animal gerado de dois outros de diferente espécie.<sup>26</sup>

Para a historiadora Hebe Mattos, o surgimento do termo não teria vinculação direta à cor da pele, mas a uma diferenciação na hierarquia social, percebida através das fundações de irmandades de homens pretos e homens pardos. As irmandades de homens pardos

surgiram no Império Português, ainda no período de colonização da América. Eram formadas por Homens Pretos Livres que preferiam o termo “pardo” para se diferenciarem dos homens “Pretos escravos”.<sup>27</sup> Portanto, mais que a coloração da pele, a emergência do termo “pardo” estaria vinculada ao esforço dos negros livres em deslocarem sua forma de identificação em relação aos negros que continuariam escravizados. Portanto, as nuances da cor da pele, acabavam sendo mais um obstáculo às tentativas de controle social. Não por acaso, nos anúncios, além da cor da pele, outras informações eram destacadas: cicatrizes, vestimentas, defeitos corporais, habilidades, vícios, modos de falar e andar.

Na Amazônia, especificamente nas Províncias do Pará e Maranhão (Antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão), os discursos oficiais destacam a miscigenação entre portugueses e indígenas, ofuscando a presença africana. Lembramos que, apesar de tardia, em comparação com a dinâmica de outras áreas de colonização portuguesa na América, a introdução de africanos foi recorrente desde a segunda metade do século XVIII.

Segundo Vicente Salles, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) foi responsável pela introdução de mais de 100 mil africanos no porto de São Luis, sendo que, deste total, 43 mil teriam sido transferidos para o Rio de Janeiro, outros 15 mil para Belém do Pará e “o restante teria sido distribuído em São Luís”. Cerca de 40 mil permaneceram na Capitania do Maranhão “principal porto importador” de africanos entre as capitanias do extremo Norte.

A ação oficial da companhia de comércio não era a única fonte de fornecimento de negros escravizados, devendo-se considerar também

a iniciativa particular, o contrabando e o comércio interno. O fato é que, mesmo após a extinção da Companhia Geral de Comércio, entre os anos de 1778 e 1820, outros 53 mil africanos foram importados, a maior parte incorporada ao Maranhão, porém os proprietários do Pará não perderam a oportunidade de adquirir sua parcela de cativos.<sup>28</sup>

Não obstante, durante o século XIX, houve continuidade à entrada de novos cativos africanos no Pará. Mesmo após a suspensão do tráfico atlântico, a importação permanecia por meio do contrabando promovido por navios de bandeira norte-americana, que possuíam certa autonomia em relação à fiscalização dos ingleses. A localização do Pará constituía outro motivo de suspeitas: “a proximidade do litoral paraense da região caribenha podia também muito ajudar nos intentos destes traficantes, até porque o mundo do Caribe, das Guianas e do Pará não se desconheciam”. O ministro Nabuco de Araújo demonstrava preocupações, em 1854, ao saber que navios “zarparam do Porto para conduzir escravos africanos para Havana, segundo se dizia, mas era sabido ser ‘isso hum estratagem para distrair as vistas do Governo Imperial’, sendo seu destino o Brasil”.<sup>29</sup> Caso as dúvidas fossem efetivadas, o vasto litoral paraense apresentaria uma ótima oportunidade de manter a operação em segredo.

Em 1857, correspondências entre o presidente do Pará e um cônsul inglês confirmam a desconfiança de ter ocorrido desembarque ilegal de africanos “próximo ao Oiapoque, na costa atual do Amapá, ou aí existir depósito clandestino de estrangeiros de cor sem o conhecimento do poder público brasileiro”.<sup>30</sup> Enquanto o tráfico atlântico enfrentava obstáculos, o comércio interno prosseguia, inclusive

recebendo isenções e incentivos por parte do Governo Provincial após 1822:

A entrada de negros de outras capitanias foi facilitada no Pará após a independência, com novas isenções de direitos. Levas sucessivas, embora pouco numerosas, aí chegaram, procedentes do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará e sobretudo do Maranhão. Em geral, o transporte pelos sertões se encaminhava diretamente para o Maranhão. Daquela praça, também pelos sertões, o negro era conduzido para o Pará.<sup>31</sup>

Percebemos que a introdução, legal ou ilegal, de africanos e afrodescendentes em províncias do Norte evidencia que a miscigenação da população apresentou importância expressiva. Os dados arrolados para a Província do Pará no censo de 1872 apontam os seguintes números:

**Tabela 3: Província do Pará - habitantes classificados por raça em 1872<sup>32</sup>**

Raça	Branco	Pardo	Preto	Caboclo	Total
Quantidade	92.634	105.367	32.657	44.589	275.237
%	33,65	38,3	11,85	16,2	100

Considerando a classificação racial proposta pela estatística oficial de 1872 e somando os segmentos pardo e preto, observa-se que 50,15 % da população paraense da época possuíam sinais da presença negra. Número bem próximo aos 56% de pardos e pretos também apresentados nos censos populacionais do Ceará. Tal comparação, entre a composição étnico-racial das populações das províncias do Ceará e

Pará, pode nos indicar possibilidades para entender tanto o envolvimento de retirantes com camadas subalternas de povos amazônicos, quanto os estigmas e temores que passaram a rondar as representações em torno do migrante cearense, de agente colonizador à ameaça e elemento de desequilíbrio.

### **Entre simulações e alianças**

Na cidade do Pará, durante o ano de 1879, apesar da ampla disponibilidade de trabalhadores nacionais livres para a agricultura, alguns proprietários preferiam seguir recorrendo ao cativo: “Precisa-se comprar escravos para a lavoura: moços, que sejam negros ou carafuses de boas figuras e sadios, assim como 4 moleques de 12 a 15 anos”.<sup>33</sup> Tal evidência indica que parte das elites agrárias paraenses não estava muito interessada em introduzir o assalariamento ou contratos de parcerias em suas lavouras, demarcando a permanência daquilo que Manolo Florentino e João Frago denominaram de *Arcaísmo como Projeto*,<sup>34</sup> atitude alimentada por setores do comércio que davam suporte ao tráfico interno: “Vende-se 3 escravas bonitas figuras, ultimamente chegadas do sul, sabendo coser, engomar, lavar e cosinhar”.<sup>35</sup> Para alguns senhores e comerciantes, a escravidão continuava um bom negócio.

Em contrapartida, os cativos resistiam minando a autoridade senhorial nos espaços urbanos ou conquistando a liberdade na formação de comunidades quilombolas. Um dos destinos interessantes seria a “floresta de fugitivos”, onde poderiam encontrar áreas em que “era a própria imensidão da floresta a maior inimiga das autoridades e senhores de escravos, e portanto amiga dos fugitivos”. Os esforços de controle



das rotas de fuga se apresentavam ínfimos ante a multiplicidade de mocambos espalhados entre rios e matas: “Dentre as principais áreas destacam-se Amapá (com as vilas de Macapá e Mazagão) – a qual (...) tornou-se rota de fugitivos na fronteira com a Guiana Francesa”. Havia ainda:

A área de Santarém (Trombetas, Alenquer, Óbidos, Monte Alegre) com mocambos formados nos rios Curuá e Cumirá; a área do Tocantins (Aeiros, Cameté, Abaeté, Mocajuba); as áreas próximas a Belém (Guamá, Cotijuba, Mosqueiro, Vigia, rio Acará, rio Capim e Beja); as áreas do Marajó (ilhas de Joanes, Soure, Caviana, Mexiana, Arari, Chaves); as áreas em direção à capitania do Maranhão (Bragança e Ourém) e outras áreas mais dispersas mais ao centro e oeste da Amazônia.<sup>36</sup>

A opção por mocambos encravados no meio das matas, desde o período colonial, afirmava-se como alternativa para a conquista da liberdade, possibilitando fugas e formação de novas comunidades negras. No decorrer do século XIX apesar da continuidade de fugas, o tráfico interno permaneceu alimentando o escravismo no Pará. Houve casos, inclusive, em que toda a escravaria era originária de uma única província:

O homem que estas linhas escreve é lavrador do Pará; a cana-de-açúcar é sua planta; sua escravatura é toda crioula do Ceará, e trabalha há 2 anos; alimenta os seus escravos cuidadosamente; na estação invernosa quando chove muito tira-os do campo; (...) toma todas medidas enfim tendentes a promover a saúde, (...) ainda assim mesmo 2 escravos lhe têm sucumbido ao rigor do clima; (...) Alimentados a carne, milho e farinha no Ceará, e hoje sustentados a peixe, (...) os nossos escravos apesar de todos

rapazes de 16 a 25 anos, não puderam em dois anos ainda recobrar a sua primeira força e plena saúde.<sup>37</sup>

O “lavrador do Pará” não informou o tamanho de seu plantel, mas esclareceu sua origem, a província do Ceará, demonstrando a importância do comércio interno de escravos, em circuito que, em meados do século XIX, absorvia a demanda ofertada por senhores de províncias vizinhas. Desse modo, observamos que antes das grandes migrações já havia uma integração comercial entre portos de províncias do Norte, permitindo uma significativa circulação de escravos e homens livres.

Se a Amazônia já apresentava condições de refúgio, no decorrer da corrente migratória de trabalhadores pobres livres, impulsionada após 1877, as tensões senhoriais e as oportunidades de liberdade para os escravizados se multiplicaram. A fragilidade das relações escravagistas e do tráfico interno, que visava sustentá-las, foi exposta com o trânsito de milhares de migrantes mestiços, ficando cada vez mais complexas as tentativas de classificação e controle social. Cortiços, colônias agrícolas, as novas estradas de seringa, os recrutamentos para forças policiais e frentes de trabalho expandiam *zonas de contato*<sup>38</sup> que, permitiam alianças e hibridismos entre as figuras do retirante e do escravizado em fuga.

As pesquisas de Eduardo Campos e Osvaldo de Oliveira Riedel,<sup>39</sup> já apontam as ocorrências de inúmeros anúncios publicados em jornais cearenses que alertavam a prática de fujões se apresentando como retirantes, com o objetivo de conseguir assistência ou passagens para fora da província, viabilizando planos de fuga e mobilidade social. Porém, tal

simulação e disfarce não foi arma de resistência exclusiva de escravizados no Ceará.

Não podemos deixar de relatar as raras menções a respeito de alianças étnicas ou mesmo sobre a composição racial de retirantes em fontes pesquisadas sobre as Províncias do Pará e Amazonas para o período da primeira onda de migração (1877-1880). A maioria das referências é indireta, como no caso dos obituários que descreviam as mortes registradas na cidade de Belém, embora apresentem material de difícil articulação, em virtude de sua irregularidade. Mesmo assim, buscamos elaborar uma amostra do período em que uma epidemia de varíola causou impacto devastador, entre dezembro de 1878 e janeiro de 1879. Para o mês de dezembro não localizamos nenhuma listagem de óbitos, enquanto no mês de janeiro, em cinco edições, apareciam cearenses entre os sepultamentos:

**Tabela 4: Óbitos de cearenses em Belém do Pará. 25 a 30 de janeiro de 1879<sup>40</sup>**

Nome	Idade	Cor	Naturalidade	Causa Mortis
Estephania	7 anos	Branca	Cearense	Congestão Cerebral
Maria do Carmo	20 anos	Parda	Cearense	Não Consta
Francisca M. Frota	2 anos	Branca	Cearense	Dyarrhea
Seraphim	31 anos	Pardo	Cearense	Dyarrhea
Manoel	6 anos	Pardo	Cearense	Vermes

Maria dos Anjos	11 anos	Branca	Cearense	Dyarrhea
Maria da Conceição	22 anos	Parda	Cearense	Não Consta
José Soares	6 anos	Pardo	Cearense	Variola
José Mariano	5 meses	Branco	Cearense	Dyarrhea
Raymunda Maria	22 anos	Parda	Cearense	Variola
Francisca das Chagas	9 anos	Parda	Cearense	Variola
Ignez	2 anos	Parda	Cearense	Variola

Os dados podem ser relativizados, pois são parciais e representam apenas uma pequena amostra do elevado volume de óbitos que ocorreram no período; porém, não devemos desconsiderar o registro de que a maioria dos cearenses sepultados era de cor “parda”, reforçando outros indícios que demonstram uma população de retirantes mestiços com acentuada recorrência de ascendência africana. Contexto que possibilitou a escravizados cearenses se mesclarem aos grupos de retirantes, o mesmo campo estaria aberto para cativos de outras procedências. Em maio de 1879, achava-se “em fuga desde o mez de abril findo o escravo de nome Anselmo, de 23 annos de idade, pardo, barbado, de estatura regular, com falta de dentes na frente, forneiro”.<sup>41</sup> Sua caracterização como “pardo” poderia ser o passaporte para se infiltrar entre retirantes enquanto planejava os próximos passos de sua jornada.

Apesar das casuais referências à cor dos retirantes, o fato de não apresentarem uma matriz *mono-tópica*<sup>42</sup> poderia interferir, positivamente, na formação de articulações entre retirantes, libertos e escravizados, grupos que na vida ou na morte tiveram seus destinos cruzados: “De 1º de junho vindouro, em diante, os cadáveres dos indigentes e dos escravos serão sepultados no novo cemitério de Santa Izabel, visto o de N. S. da Soledade não dispor de espaço suficientemente preciso para todos enterramentos”.<sup>43</sup> O silêncio dos vivos em relação à cor dos retirantes não elimina as hierarquias e segregações que constituíam a sociedade paraense, afinal não era apenas a falta de espaço que determinava a condução de indigentes e escravizados ao novo cemitério, pois brancos e homens de posses continuariam sendo enterrados na antiga necrópole.

Enquanto sujeitos das camadas subalternas eram direcionados ao novo campo santo, os pobres, ainda vivos, continuavam a perambular sobre o atento olhar de autoridades, que, buscavam monitorar a circulação destes novos habitantes indesejados nas Capitais. Muitos dos retirantes, depois de concluídas as obras públicas ou privadas para as quais eram contratados ou retornando de colônias agrícolas falidas, conseguiam estabelecer residência em Belém, contribuindo para que os espaços urbanos ou concentrações em núcleos coloniais se tornassem ambientes vulneráveis a hibridismos e identificações móveis.

As habitações coletivas da Capital, albergues, pensões e cortiços eram espaços propícios para que retirantes cearenses e setores de grupos populares – escravizados, libertos ou pobres livres do Pará – pudessem estabelecer contatos. Silvestre Fontes Vieira, natural do Ceará, 32 anos,

casado, tinha por profissão “carregador” e não sabia ler nem escrever. Chegou à Belém em maio de 1878 e dias depois foi encaminhado à povoação de “Benevides”. Dois meses depois, abandonou Benevides e voltou a Belém, providenciou vaga em quarto na rua das Flores, habitação dividida com outras 12 pessoas. A trajetória de Silvestre poderia servir apenas para exemplificar a mobilidade de retirantes entre Belém e Benevides, a rigor, até seu retorno à Capital paraense, não havia cometido nenhum crime, mas os companheiros de quarto pareciam estar envolvidos em negociatas inusitadas, como podemos observar na descrição do Auto criminal: “Inquérito sobre o caso do Comendador Magalhães, que procurou a Chefatura de Policia da Capital para queixar-se de um suposto cearense que se passou por escravo e foi oferecer-se a ele para ser comprado”.<sup>44</sup> Como não encontramos acusação direta contra Silvestre, supomos que o protagonista fosse outro retirante que tivesse contato ou, quem sabe, um de seus companheiros de quarto.

*A constituição* destacou algumas informações sobre a denúncia apresentada pelo comendador Magalhães: “Há dias apresentou-se um negro na casa de residência do commendador Magalhães, pedindo-lhe que o comprasse, por isso que não fazia mais gosto em servir á seu senhor.” O suposto escravo informou que o antigo senhor habitava “as cercanias do hospital d. Luiz”. Com posse da informação, Magalhães procurou confirmar o ocorrido com um taberneiro, que após ouvir o relato “exclamou: Mas que negro malvado aquelle”.

Aparentemente estava em curso um plano para subtrair o dinheiro da venda do “cativo”, uma vez que o negro propôs um caminho para o comendador seguir até a casa do possível senhor. De

ultima hora, Magalhães encontrou um carro e tomou “a direção da caça que lhe havia sido indicada, mas por caminho diferente ao que lhe levara o negro”. Ainda segundo o periódico conservador, o comendador não foi a única vítima da tentativa de golpe: “Tem-se verificado que pelos mattos dos subúrbios da cidade existe uma companhia de malfeitores, a qual suppõe-se ter destinado para sua victima desse dia o sr. Magalhães”.<sup>45</sup> Quem sabe, por meio de diligências policiais e informações fornecidas pelo taberneiro, tenham chegado até o depoimento de Silvestre.

O caso não retornou às folhas do periódico, talvez por conivência da própria polícia, que, também tinha muitos cearenses entre seus contingentes. Demonstra indícios, porém, de como retirantes estavam inteirados dos negócios da escravidão e como as ações que realizavam em possíveis negociações afetavam diretamente os senhores ao simular a venda de individuo livre, dar acoito a escravizado fugido, promover alianças pontuais no compartilhamento de habitações ou em outras estratégias para ganhar a vida nas ruas de Belém. Com efeito, monitorar e controlar trajetórias de retirantes cearenses foi uma necessidade para preservar a instituição da propriedade privada, fosse uma mercadoria do armazém ou um bem “semovente”.

Considerando os informes da imprensa conservadora, a polícia não estaria nem um pouco interessada em perseguir escravos fugidos. Longe disso, em maio de 1878, após ocorrer um assassinato no quilombo de Itapecuru, um grupo de 30 escravos procurou o subdelegado do 3º distrito de Cameté, Venâncio da Fonseca, para

denunciar “um negro que assassinou outro”. Após ouvir a reclamação, “o subdelegado deixou os quilombolas voltarem para o refúgio”.<sup>46</sup>

No caso das rotas de migração e fuga em direção ao arquipélago de Marajó e às terras do Cabo Norte (atual Amapá), no extremo Norte da fronteira, as áreas eram habitadas por populações de marcante formação mestiça. Muitos moradores da região teriam suas origens ligadas às “matrizes africanas e indígenas, podendo assumir, entre suas muitas identidades, também a de afroindígenas”, percebida em seus modos de falar, “assim como em performances, vocabulários, culinárias, crenças, costumes e tradições que diferenciam a constituição de homens, mulheres e crianças amazônidas”<sup>47</sup> Composição populacional favorável à inserção de sujeitos mestiços de outras procedências, inclusive cativos em fuga.

Outro elemento de atração às ilhas do arquipélago marajoara foi a prática recorrente da criação de gado, que abriu outra frente de inserção além da agricultura e do extrativismo. A pecuária foi atividade que ocupou aquelas áreas de longas datas, cabendo trazer o relato do Padre Thomaz, durante a evangelização dos retirantes na *Colônia Prado/Limoeiro* do Maranhão. Na ocasião em que criticou a localização do núcleo colonial maranhense, comentou que, nos tempos dos “antigos padres jesuítas”, pela região do Turiaçu, “passava uma antiga estrada, pela qual vieram do Piauí os gados, com que foi situada a grande ilha de Marajó, no Pará. Houve aqui também um grande aldeamento de índios, que depois da extinção da ordem, foram obrigados a emigrar e fundar a hoje cidade de Bragança”.<sup>48</sup>



Lembramos a atuação de negros livres, cativos ou libertos na pecuária, o que pode ter contribuído nestes trânsitos de gado entre o Piauí – utilizado como áreas de refrigério por pecuaristas cearenses – e o Pará, para a fixação de vaqueiros ou, no mínimo, a circulação de informações, tornando Marajó e as áreas do extremo Norte, nem tão distantes dos sertões como poderíamos supor.

As áreas produtoras de gado também sofreram com o impacto do avanço do extrativismo:

Marajó, em meados do século XIX, sofria inúmeras vicissitudes. Os fazendeiros desesperados pela perspectiva de uma ruína certa dirigiam-se com seus escravos e fâmulos para os seringais vizinhos. Abandonaram as fazendas porque o produto delas não cobria menos de um terço de enorme despesa que se fazia.<sup>49</sup>

Em Marajó, narrativas contam da chegada de trabalhadores vindos do Nordeste “nos tempos das grandes secas de 1877 e 1888”, dentre eles Domingos, um escravo que em sonho teria recebido revelações sobre uma botija de ouro enterrada ao pé de uma castanheira.<sup>50</sup> Domingos parece não ter encontrado o ouro esperado, mas, a narrativa pode ser uma metáfora das oportunidades que áreas da floresta Amazônica poderiam representar para os trabalhadores pobres, livres ou escravizados. Interpretamos o relato como importante registro feito pela literatura local da presença e circulação de negros, na condição de cativos ou livres, entre as fronteiras do Norte do Império. Em 1883, o Chefe de Polícia do Ceará tentava rastrear a presença de cativos em fuga nas regiões de seringais:

No intuito de tomar algumas providências que regularisem a imigração da população d'esta para essa província, em procura de vantajosos lucros nos seringaes (...) no interesse da policia e dos proprietários de escravos, e evitar que criminosos e escravos evadam-se para os seringaes, rogo a V. S<sup>a</sup> ministrar-me informações sobre as vantagens ou desvantagens que os emigrantes cearenses alli encontram, e se é possível capturar qualquer criminoso ou escravo refugiado nos mesmos seringaes.<sup>51</sup>

Percebemos que, seja através de traços da oralidade registrados pela literatura paraense ou em correspondências policiais dos anos finais do Império e do escravismo, a presença afroscareense em circuitos e rotas na Amazônia não pode mais ser silenciada.

### **Marcas da presença negra em trânsitos**

Problematizar a diversidade étnica entre as populações de retirantes e as possibilidades de inserção na sociedade amazônica não são tarefas fáceis. É necessário ter sensibilidade para analisar os usos diversos das experiências de migração, o que pode abrir caminho para perceber sujeitos portadores de autonomia relativa e desejos de ampliar margens de ação.

As dificuldades são multiplicadas se pensarmos em termos de permanências e atualizações das culturas africanas e afro-brasileiras,<sup>52</sup> principalmente, em áreas como o Ceará e a Amazônia, onde as narrativas oficiais de invisibilidade das culturas negras marcaram fortemente as construções dos discursos oficiais e das identidades locais. Contudo, se nos circuitos eruditos e acadêmicos a negritude de parcela significativa

dos retirantes foi apagada, os circuitos da oralidade ainda permitem emergir outras memórias.

Em entrevista realizada na comunidade de negros de Água Preta, nas proximidades de Uruburetama (Ceará), o pesquisador Alex Ratts entrevistou, em 1997, João Bertoso, então com 94 anos de idade, natural de Manaus, onde nasceu em uma das passagens de seu pai pelas fronteiras do Norte. O próprio terreno da comunidade “seria uma ‘terra comprada’ por Manuel Bertoso [pai do depoente] em sua primeira viagem para a Amazônia”. As referências temporais para a comunidade são demarcadas pela seca e as migrações:

Os marcos temporais mais remotos dizem respeito à Guerra do Paraguai, às secas de 1877-1879 e 1888-1889, à “libertação dos escravos” e à fundação dos agrupamentos: Conceição, 1884; Água Preta e Goiabeiras, início do século XX. É esse período de deslocamento dos antepassados, “os antigos”. Segundo as narrativas dos mais velhos de Água Preta e Conceição, a origem de sua família se reporta à localidade de Escondido ou Pedregulho, situado “a 3 léguas” de Água Preta, ainda na antiga região do município de Uruburetama. Nessa versão de origem, parte dos moradores teria migrado para o “Amazonas”.<sup>53</sup>

Após o relato de João Bertoso, não pode restar dúvidas sobre a recorrência de caminhos compartilhados por retirantes e negros libertos ou escravizados entre as fronteiras do Norte e o Ceará, um verdadeiro bumerangue, que levou negros do “Nordeste” junto a retirantes para a “Amazônia” e trouxe tantos outros de volta junto aos mesmos retirantes, quando os caminhos da liberdade inverteram de sentido.

A trajetória de fundação da comunidade quilombola de *Água Preta*, nos remete aos debates em torno da contínua diáspora de povos afrodescendentes nas Américas. Para o contexto caribenho, Stuart Hall destacou como as narrativas bíblicas da terra prometida, do Êxodo judeu, foram incorporadas como “metáfora dominante a todos os discursos libertadores dos negros no Novo Mundo.” Mesmo após os processos abolicionistas e as independências nacionais, os deslocamentos forçados ou voluntários têm sido alimentados pela “pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – os legados do Império em toda a parte”. Todavia, apesar do perigo iminente de situações que “podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão”, a experiência diaspórica “carrega consigo a promessa do retorno redentor”.<sup>54</sup>

De certa forma, o campo de possibilidades aberto pelas rotas entre o Ceará e a Amazônia permitiu aos antepassados de João Bertoso realizar o retorno redentor. Atualmente, *Água Preta* é uma das 46 Comunidades Remanescentes de Quilombolas (CRQs) reconhecidas em território cearense.<sup>55</sup> Ao acompanhar parte de sua trajetória e de outras experiências narradas no decorrer do artigo, reforçamos a importância de investigar a composição racial dos retirantes.

A seca afetava toda a sociedade, mas eram os setores pobres que sentiam com maior força seus impactos e por consequência migravam com maior frequência. E entre os mais pobres é que estava parte significativa dos descendentes de africanos no Ceará ou afrocearenses, sejam eles classificados como pretos ou pardos, livres ou cativos em registros oficiais. Nestes termos, as medidas de estímulo às migrações,

associadas ao tráfico interno das décadas imediatamente anteriores à abolição, contribuíram para a construção do discurso de “branqueamento” da população cearense. Dialeticamente, a dispersão da população cearense e particularmente a afrocearense criou brechas para que cativos em fuga simulassem a condição de livre, contribuiu para a propagação da campanha abolicionista na Amazônia e a formação de comunidades quilombolas no Ceará, como é caso de Água Preta.

## Notas

---

\* Graduado em História (UFC,2002), Mestre (PUC/SP,2005) e Doutor (PUC/SP, 2013) em História Social. Professor Adjunto A (UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), lotado no IHL - Instituto de Humanidades e Letras, atua nos cursos: Bacharelado em Humanidades, Licenciatura em História e Mestrado Interdisciplinar em Humanidades. Campus da Liberdade (Redenção/Ceará). E-mail: edsonludd@hotmail.com / edsonholanda@unilab.edu.br

<sup>1</sup> Fortaleza, capital cearense, que em 1877 possuía aproximadamente 25 mil habitantes, foi ocupada por mais de 100 mil pessoas. Em Aracati foram mais de 60 mil migrantes. As cidades do interior e do litoral foram tomadas por ondas de saques promovidas por retirantes, provocando pânico generalizado entre proprietários e autoridades. NEVES, F. C. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Fortaleza: SECULT; Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

<sup>2</sup> HALL, S. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996. p.75.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, A. L. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, representações e pensamento social (1887-1914)**. Tese de doutorado em História Social, PEPGH-PUCSP, São Paulo, Brasil, 2001.

<sup>4</sup> HALL, op. cit., p. 68.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Hall traz questões interessantes para fugirmos dos discursos de procura da gênese, da essência, do estável: “As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento. HALL, op. cit., 1996, p.70.

---

<sup>7</sup> GOMES, F. Entre Fronteiras e sem limites: espaços transnacionais e comunidades de fugitivos no Grão-Pará e na Guiana Francesa (Séculos XVIII e XIX). In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Trânsitos Coloniais: diálogos críticos Luso-Brasileiros**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 210.

<sup>8</sup> GOMES, op. cit., p. 214.

<sup>9</sup> BARBOZA, E. H. L. Sobre as Hidras do Norte: Rotas de transgressão desde o Ceará aos portais da Amazônia. 1877-1889. **Revista Brasileira do Caribe**. vol. XI, nº 21, 2010, p. 208.

<sup>10</sup> Localizada a cerca de 30 quilômetro da capital paraense, fixada às margens da estrada que ligava Belém a Bragança, área conhecida por estar livre de alagamentos, permitindo a produção agrícola. Para mais informações: NUNES, F. A. **A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará. 1870-1889)**. Mestrado em História, PPGHSA-UFGA, Belém, Brasil, 2008.

<sup>11</sup> Doc.: **PARÁ**, Relatório do Presidente da Província, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, 18/07/1876. Pará: Typografia do Diário do Gram-Pará, 1876. p. 20.

<sup>12</sup> Doc. **A Constituição**, Belém, 13/06/1884, “Camara dos Senr. Deputados,” Parlamento Nacional, p. 2

<sup>13</sup> BARBOZA, E. H. L. Colônia-Quilombo: Retirantes cearenses e abolicionismo na Colônia Benevides. Pará. 1877-1884. **Outros Tempos**, Vol. 12, nº 19, 2015. pp. 33-34.

<sup>14</sup> GLISSANT, É.. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

<sup>15</sup> FREYRE, G.. **Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal**. São Paulo: Record, 2005.

<sup>16</sup> ANTONACCI, M. A. Decolonialidade de corpos e saberes: ensaio sobre a diáspora do eurocentrado. In: **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: Educ, 2013. p. 264.

<sup>17</sup> ABREU, C. **Capítulos de História Colonial**. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 256.

<sup>18</sup> ABREU, C. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988. p. 140.

<sup>19</sup> MANEZES, L. B. A. Memória sobre a Capitania do Ceará. **RIHGB**, T. XXXIV, Parte Primeira, 1871. p. 255 apud SILVA, P. A. O. **História da Escravidão no Ceará: das origens à extinção**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. p.68.

<sup>20</sup> Doc.: Recenseamento do Império do Brazil – Ceará. **IBGE**, Brasil. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=225477> Acesso em 15/11/2015

<sup>21</sup> TEÓFILO, R. **História da Secca do Ceará**. 1878-1880. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. p. 361.

<sup>22</sup> Somente no ano de 1878, mais de 54.927 retirantes foram embarcados nos portos do Ceará. Cf: TEÓFILO, R. op. cit. p. 256.

<sup>23</sup> Doc.: **Pedro II**, Fortaleza, 10/09/1878, “Annuncios”, p. 4.

<sup>24</sup> Doc.: **Cearense**, Fortaleza, 29/09/1877, “Annuncios”, p. 5

<sup>25</sup> Doc.: **Pedro II**, Fortaleza, 07/03/1878, “Annuncios”, p. 4.

<sup>26</sup> VIANA, L. **O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa**. Campinas: Editora Unicamp, 2007. p. 36.

<sup>27</sup> MATTOS, H. A Escravidão Moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, J. (Org.). **O Antigo Regime nos**

---

**Trópicos:** A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2002. p. 155.

<sup>28</sup> SALLES, V. **O negro no Pará sob o regime da escravidão.** Belém: IAP; Projeto Raízes, 2005. pp. 74-75.

<sup>29</sup> BEZERRA NETO, J. M. **Por todos os meios legítimos e legais:** as lutas contra a escravidão e os limites da abolição. (Brasil, Pará 1850-1888). Tese de Doutorado em História Social, PEPGH-PUCSP, São Paulo, Brasil, 2009. p. 57.

<sup>30</sup> BEZERRA NETO, J. M. op. cit., p. 59.

<sup>31</sup> SALLES, V. op. cit., p. 66.

<sup>32</sup> Doc.: Recenseamento do Império do Brasil – Pará. **IBGE**, Brasil. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=225477> Acesso em 15/11/2015.

<sup>33</sup> Doc.: **A Constituição**, Belém, 20/06/1879, Anuncios, p. 3.

<sup>34</sup> Entre as províncias do Norte abordadas, o Pará foi a única no período (último quartel do XIX) que se apresentava como mercado comprador de escravos. O comércio negreiro estava aquecido, para uso na lavoura ou como símbolo de *status* social, o escravo ainda representava padrão de acumulação e poder na sociedade paraense. Os fazendeiros do Pará tomavam posição próxima à adotada por elites fluminenses que, na passagem do século XVIII e XIX, abdicaram de defender uma política de industrialização e assalariamento em nome da manutenção de uma sociedade de privilégios, parasitária e escravocrata, portanto, defendiam um projeto de colonização arcaico: “Nossas elites acostumaram-se à contínua reinteração da diferença socioeconômica entre elas e todos os outros homens livres a partir da renda expropriada do trabalho escravo” FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como projeto:** mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colônia tardia, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 235.

<sup>35</sup> Doc.: **A Constituição**, Belém, 20/06/1879, Anuncios, p. 3.

<sup>36</sup> GOMES, F. **A Hidra e os Pântanos:** Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil. (séculos XVIII-XIX). São Paulo: Unesp, 2005. pp. 51-59.

<sup>37</sup> Doc.: **Velho Brado do Amazonas**, Belém, 20/03/1851 apud SALES, V. op. cit. pp. 77-78.

<sup>38</sup> “espaços de encontros coloniais, no qual pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada” PRATT, M. L. **Os olhos do império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1998. pp. 30-31.

<sup>39</sup> CAMPOS, E. **Revelações da condição de vida dos cativos do Ceará.** Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1984; RIEDEL, O. O. **Perspectiva Antropológica do Escravo no Ceará.** Fortaleza: Edições UFC, 1988.

<sup>40</sup> Doc.: **A Constituição**, Belém, 1879, “Obituário”, Gazetilha (Edições: nº 20 de 25/01, p.2; nº 21 de 27/01, p.2; nº 22 de 28/01, p.1; nº 23 de 29/01, p.2 e nº 24 de 30/01, p. 1).

<sup>41</sup> Doc.: **A Constituição**, Belém 01/05/1879, Anuncios, p. 3.

<sup>42</sup> Mignolo utiliza o termo para se referir à “classificação étnica mono-linguística e religiosa da elite crioula-mestiça da América do Sul, equivalente à elite nacional branca da Europa e dos EUA”. MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção

---

descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, 2008. p. 297. O *monotopismo* foi um dos meios de concentrar poderes e saberes usados por elites locais, que, após o rompimento com as metrópoles coloniais, prosseguiram seu legado e o discurso de superioridade da cultura branca europeia em detrimento das culturas indígenas e africanas. Assim, uma sociedade fundada na composição de raças como a brasileira seria levada a ocultar sua diversidade étnico-cultural e valorizar em primeiro plano a matriz europeia: branca e cristã. As perspectivas plurais que fugissem a tal classificação deveriam ser combatidas e silenciadas. Partiriam daí os esforços de “branqueamento” da raça e as restrições a negros, indígenas e mestiços de participarem plenamente das coletividades ditas nacionais.

<sup>43</sup> Doc.: **A Constituição**, Belém 21/05/1878, Gazetilha, p.3.

<sup>44</sup> CASTRO, A. R. M. **Entre secas e seringais**: migrantes cearenses em Belém (1878-1888). Monografia de Graduação, Belém, IFCH-UFPA, 2007. pp. 33-52.

<sup>45</sup> Doc.: **A Constituição**, Belém. 11/09/1878, Gazetilha, pp. 1-2.

<sup>46</sup> Doc.: **A Constituição**, Belém, 11/05/1878, Gazetilha, p. 2.

<sup>47</sup> PACHECO, A. S. Cosmologias afroindígenas na Amazônia Marajoara. **Projeto História**, n. 44, 2012. p. 200.

<sup>48</sup> Doc.: **O Paiz**, São Luis, 27/08/1878, “Notas de minha viagem ao Limoeiro”, p.2.

<sup>49</sup> SALLES, V. op. cit. p. 155.

<sup>50</sup> MOURA, G. S. **Melgaço por dentro** (1770-1976). Melgaço: [Datilografado], 1976; PACHECO, A. S. As Áfricas nos Marajós: Visões, fugas e redes de contato. In: SCHANN, D. et. al. **Muito além dos campos**: Arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: GKNORONHA, p. 36.

<sup>51</sup> Doc.: **APEC** – Arquivo Público do Estado do Ceará. Fundo: Secretaria de Polícia, livro 333. Registro de Ofícios da Secretaria de Polícia do Ceará a diversas autoridades de outras Províncias. *Ofício nº 29, Chefe de Polícia do Ceará ao Chefe Polícia do Amazonas*, Fortaleza 01 de maio de 1883.

<sup>52</sup> Em relação ao contexto caribenho, Hall traz questões instigantes, que nos orientam a não cair em idealizações de retorno a uma cultura africana atemporal ou ahistórica. Não cabe uma busca de retomar a uma África original ou imutável, não “estamos ligados ao nosso passado e herança africanos por uma cadeia inquebrantável, ao longo da qual a cultura africana singular fluiu imutável por gerações, mas pela forma como nos propomos a produzir de novo a ‘África’(..) Em cada conjuntura (...)tem sido uma questão de interpretar a ‘África’, reler a ‘África’, do que a ‘África’ poderia significar para nós hoje, depois da diáspora. HALL, S. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: \_\_\_\_\_ **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. p. 39.

<sup>53</sup> RATTS, A. **Traços étnicos**: espacialidades e culturas negras e indígenas. Fortaleza: SECULT, 2009. p. 45

<sup>54</sup> HALL, op. cit., 2011, p. 28.

<sup>55</sup> Conforme a Portaria nº 84 de 04 de junho de 2015. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551) Acesso: 15/11/2015.